

A abstinência voluntária do consumo de carne pode ser compreendida como um princípio ético?

Can the voluntary abstinence from meat consumption be understood as an ethical principle?

Marta Luciane Fischer¹
marta.fischer@pucpr.br

Andressa Luiza Cordeiro¹
andressalcordeiro@hotmail.com

Rafael Falvo Librelato¹
rafaelflibrelato@gmail.com

Resumo

Este artigo aborda a relação entre a preocupação da sociedade com as crueldades dispensadas aos animais e a abstinência voluntária do consumo de carne. Por meio de uma avaliação quantitativa de textos científicos e concepções de cidadãos, o estudo traz uma reflexão balizada por diferentes visões a respeito dos fatores promotores do consumo, muitas vezes gerador de vulnerabilidades, que demandam a incorporação de novos paradigmas norteadores de escolhas conscientes da realidade envolvida no sistema de produção animal. Embora a dieta seja fundamentada por inúmeros fatores biopsicossociais, o acesso à informação, principalmente a respeito do conhecimento científico sobre a consciência animal, somado à consolidação da bioética, contribui para a solidificação de uma consciência crítica a respeito do tratamento aos animais e potencialmente constitui um estímulo a mais para a decisão de se abster do consumo de carne. O vegetarianismo, nas suas diferentes expressões, muitas vezes não representa simplesmente um hábito alimentar, mas uma mudança de conduta, visando a uma melhor interação com a natureza, independentemente da área de formação acadêmica, mudança esta que ultrapassa a visão sobre o bem-estar animal, alcançando outras esferas de abuso de sujeitos vulneráveis aos interesses econômicos. Assim, mudar concepções éticas exige decisões racionais, as quais devem ser balizadas por princípios éticos consolidados e intermediadas por um diálogo promovido por uma ciência como a Bioética Ambiental, a qual se propõe a intermediar questões complexas, globalizadas e plurais na busca de soluções consensuais para todos os atores envolvidos, desta e de futuras gerações.

Palavras-chave: bem-estar animal, bioética ambiental, vegetarianismo.

Abstract

This article discusses the relationship between the social concern with the cruelty to animals and voluntary abstinence from meat consumption. Through a quantitative evaluation of scientific texts and conceptions of citizens, this study brings a reflection guided by different views about the factors that promote that consumption, often implying a vulnerability that requires the incorporation of new paradigms leading to conscious choices about the reality involved in the system of animal production. Although the diet is based on numerous biopsychosocial factors, the access to information, especially regarding scientific knowledge about animal consciousness, added to the consolidation of bioethics, contributes to the strengthening of a critical awareness about the treatment

¹ Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Rua Imaculada Conceição, 1155, Prado Velho, 80215-901, Curitiba, PR, Brasil.

of animals, and potentially constitutes a stimulus for the decision to abstain from meat consumption. Vegetarianism, in its various expressions, does not always represent simply a nourishment habit, but a change of conduct aimed at a better interaction with nature, regardless of the academic area of training. Such a change can go beyond the aspect of animal welfare, reaching other spheres of abuse of subjects vulnerable to economic interests. Thus, changing ethical conceptions requires a rational decision that should be performed by consolidated ethical principles and intermediated by a dialogue promoted by sciences such as Environmental Bioethics, which proposes to mediate complex, globalized and plural issues to seek consensual solutions for all involved in this and in the future generations.

Keywords: *animal welfare, environmental bioethics, vegetarianism.*

Introdução

O desenvolvimento tecnocientífico distanciou sucessivamente a humanidade da natureza. Contudo, após séculos de exploração dos recursos naturais, julgados como infinitos, os seres humanos voltam o seu olhar para o natural na busca por parâmetros, tais como a senciência animal, para balizar suas decisões (Lee *et al.*, 2010; Petherick e Edge, 2010). Desta forma, novos paradigmas têm emergido visando reduzir a discriminação e promover respeito às espécies não humanas.

A criação de ferramentas e o domínio do fogo pelo homem primitivo possibilitaram a exploração de diferentes nichos alimentares, culminando na predação de grandes animais (Leal, 1998). A ingestão de carne e a descoberta do cozimento dos alimentos promoveram significativas adaptações morfológicas e mentais, conduzindo à domesticação de plantas e animais e ao subsequente desenvolvimento da agricultura (Wrangham, 2010). A função dos animais ultrapassou a nutrição, sendo transformados em meios de maximizar a força e defesa dos homens e usados na promoção de entretenimento e no desenvolvimento da ciência. Contudo, foi durante o Renascimento que ideias de filósofos como Descartes cultuaram a visão puramente mecânica dos animais, subsidiando as atrocidades cometidas sem o peso de um julgamento moral (Chuahy, 2009).

A alimentação é um processo de socialização que consolida e promove tradições, usos, costumes, representações e marca identidade, comportamento e crenças (Fox e Ward, 2008). Estes, somados ao prazer sensorial, constituem-se em estímulos à diversidade de itens nutricionais, ampliando as opções de escolha e a busca por novos sabores, demanda esta explorada pela indústria e disseminada pela mídia.

A alimentação está inserida em um contexto moral e ético desde grupos de caçadores-coletores na Era Clássica e preconizada em diferentes religiões, estando a abstinência do consumo de carne de determinados animais ligada às concepções morais de pureza, decoro, moderação, racionalização e intoxicação (Singer e Mason, 2007; Lira, 2013). A inclusão da carne na alimentação já foi considerada capaz de aumentar a libido, agressividade e degradação moral e física, sendo por isso contraindicada para as mulheres, principalmente na Era Vitoriana, com o intuito de manter o domínio de sua natureza biológica emocional pelo esposo, igreja ou sociedade (Thomas, 1996).

Embora o consumo de carne tenha se consolidado na pré-história da humanidade, cerca de 8% da população brasileira (IBOPE, 2012) se abstêm conscientemente do consumo de proteína animal. O vegetarianismo genericamente refere-se à pessoa que não consome nenhum tipo de carne, contudo a dieta pode englobar distintos padrões de composição, recebendo denominações específicas dependendo da inclusão de itens, tais como os lactovegetarianos que consomem leite e laticínios e os ovolactovegetarianos, que incluem os ovos (Couceiro *et al.*, 2008). Atualmente o vegetarianismo tem sido abordado em estudos exploratórios (Worsley e Skrzypiec, 1997; Curtis e Comer, 2006; Bezerra *et al.*, 2007; Greene-Finestone *et al.*, 2008; Herzog e Golden, 2009; Robinson-O'Brien *et al.*, 2009; Ruby e Heine, 2011; Menzies e Sheeshka, 2012; Haverstock e Forgays, 2012), nos quais os vegetarianos podem ser categorizados como saudáveis ou como éticos, sendo os primeiros motivados pelos aspectos nutricional e médico, visando à saúde física, mental e/ou espiritual (Lira, 2013). Já os segundos se apoiam em uma ética animalista refletindo um conteúdo moral de responsabilidade para com a natureza através da preocupação com o bem-estar animal no processo de criação, transporte e abate, assim como questões sociais e impactos ecológicos decorrentes do sistema de criação ou de caça (SVB, 2007).

Parte-se da premissa de que a elaboração de leis é intermediada por anseios e expectativas da sociedade, assim como a existência de programas de informação e sensibilização subsidiará o alcance de uma efetiva promoção da qualidade de vida através da retomada das condutas éticas para com a natureza. Logo, o presente trabalho se justifica pela necessidade de aprofundar o conhecimento na área da ética animal, caracterizando como o tema é percebido por diferentes grupos sociais. Os argumentos a favor da reavaliação do *status* moral dos animais têm apoiado o vegetarianismo como meio de abolir a exploração animal, levando-se em conta que o uso e abuso de animais criados para servir como alimento excedem, em muito, quaisquer outras formas de maus-tratos (Singer, 2004). Nesse cenário, destaca-se a ética animalista apoiada na consciência do sofrimento dos animais e no direito de todo ser vivo ter igualmente seus interesses satisfeitos (Verdu e Garcia, 2011).

A ética com foco no não sofrimento dos animais é representada por pensamentos discrepantes. Singer (2004) defende a libertação animal por meio de uma linha argumentativa lógico/

racional que recorre a princípios utilitaristas que justificam o uso dos animais pelos homens, desde que seja realmente necessário e não existam métodos alternativos ou substitutos e que as condutas humanas sejam alicerçadas em paradigmas morais a fim de evitarem e prevenirem o sofrimento e a dor. Essa linha de pensamento é a base da ciência do bem-estar animal, a qual visa ao desenvolvimento de metodologias e tecnologias com o intuito de minimizar ao máximo o desconforto, o sofrimento e a dor dos animais no sistema de criação, incluindo o manejo, transporte e abate (Broom e Fraser, 2010). Além de desenvolver protocolos baseados no comportamento e sanidade animal e ambiental visando à emissão de certificações que atestem ao consumidor a melhor qualidade da carne, o estudo do bem-estar animal também vem sendo utilizado para a reflexão sobre a relação com os animais inseridos em contextos como zooterapia (Fischer *et al.*, 2016), animais de companhia (Capilé *et al.*, 2014), ecoturismo (Fischer *et al.*, 2014), experimentação, educação (Fischer e Tamioso, 2013) e saúde pública (Fischer *et al.*, 2015). Na esfera da experimentação, a legislação orienta a aplicação do princípio dos 3R's que visam à redução e substituição do uso do animal e ao refinamento das técnicas propondo a eliminação do sofrimento e dor (Fischer e Oliveira, 2012).

Por outro lado, filósofos como Regan (2005) e Francione (2013) defendem a ética abolicionista ou do direito animal, segundo a qual não é legítimo utilizar animais como objetos, uma vez que possuem interesse em não sofrer (Singer, 2004), assim como os humanos, e têm interesse em viver; logo, possuem valor inerente e, portanto, direito a um tratamento respeitoso. Para atingir a adesão da sociedade, essa corrente ética fundamenta os movimentos pró-animal, muitos deles visando à sensibilização de maneira radical alegando ser necessária uma mudança pragmática efetiva. Grupos mais empáticos aos animais equiparam o consumo de carne com atos de assassinato ou mesmo de canibalismo (Lira, 2013). Na natureza, embora o canibalismo seja frequente na maioria das espécies, existe um processo de autopreservação intrínseco que inibe a predação de parentes (Pfenning, 1997). Assim, reconhecer o outro como igual reverte em uma atitude que evoluiu para o comportamento altruístico, determinante para o estabelecimento do comportamento social. Os biólogos investigam o canibalismo nos mais diversos táxons, propondo compreender como se dá a identificação dos iguais (Pfenning, 1997), sendo que a complexidade de seu processo em seres humanos está relacionada a estímulos agregadores e segregadores utilizados na formação de grupo, envolvendo, além de parâmetros biológicos e ecológicos, aspectos culturais e de empatia, que permitem incluir os animais dentro da identificação de parentesco.

Diante do eminente aumento da preocupação da sociedade com relação às crueldades dispensadas aos animais, questiona-se a relação do mesmo com a adoção de uma dieta vegetariana e se a percepção ética está relacionada com a área de formação profissional, levando à expectativa de que ela seja diferente naqueles indivíduos que trabalham diretamente com os animais, tais como biólogos, veterinários e zootecnistas.

A hipótese testada no presente estudo é que o vegetarianismo não representa apenas um hábito alimentar, mas uma decisão na mudança de condutas que visem a uma melhor interação com a natureza, independentemente da área de formação. Assim, objetivou-se através de estudos exploratórios refletir se a abstinência voluntária do consumo de carne pode ser interpretada como um princípio ético.

Materiais e métodos

Análise documental

Na primeira etapa da pesquisa foi realizada uma análise documental de textos científicos recuperados através do portal da Capes com a busca pelo termo "vegetarianismo" condicionado aos termos: "bem-estar animal", "ética animal", "direitos animais", "percepção sobre vegetarianismo" e "percepção de bem-estar animal" nos idiomas inglês e português. Buscaram-se os artigos publicados entre os anos de 2000 a 2012, sendo selecionados 50 primeiros, categorizados utilizando-se o método de Bardin (1982), avaliando-se os prós e contras, bem como os motivos implicados na dieta vegetariana.

Análise da percepção dos diferentes grupos sociais

A avaliação da percepção da população sobre o bem-estar animal foi realizada por meio da aplicação de questionários *on-line*, com 24 questões fechadas e com a atribuição de valores numa escala Likert de 1 a 9. O questionário visou analisar a percepção de bem-estar em quatro tipos de público-alvo: vegetarianos que estudam ou trabalham com animais (dos cursos de biologia, veterinária e zootecnia) (VA; N=50); vegetarianos que estudam ou trabalham em outras profissões (VO; N=50); não vegetarianos que estudam ou trabalham com animais (OA; N=50) e não vegetarianos que estudam ou atuam em outras áreas (OO; N=50).

No instrumento de avaliação para o público não vegetariano foram abordadas questões a respeito dos hábitos alimentares, adesão temporária ao vegetarianismo, assim como o motivo da desistência e restrição a determinadas carnes. Para os vegetarianos foram avaliados tempo de adesão, motivos e dificuldades. Em ambos os grupos foi quantificada a valoração do bem-estar animal, de cada uma das cinco liberdades determinadas pelo Comitê Brambel (Fischer e Oliveira, 2012), atribuição de consciência aos animais e informações sobre sistema de produção e substitutos da carne.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da PUCPR (nº 208207). A análise se deu através do teste Qui-quadrado para dados de frequência (variáveis da análise documental, frequência de consumo, restrições, motivos e opções) e testes paramétricos t de Student e ANOVA para as variáveis contínuas (idade, valoração através da escala likert para motivos,

dificuldades, afinidade, atribuição de consciência e informações a respeito do sistema de produção). Adotou-se como hipótese nula a homogeneidade entre as respostas comparadas dentro de um mesmo grupo ou entre os grupos avaliados, considerando o nível de significância de 95%.

Resultados

Análise documental

O meio científico tem contribuído para a construção do conhecimento sobre vegetarianismo, atendo-se, todavia, a avaliar as frequências e consequências do "consumo de carne" (63%) ($\chi^2_{(4)}=54,21$; $p<0,001$) em comparação com temas como bem-estar animal (21,6%), ética (10,3%) e substitutos (4,3%). Além da condução óbvia de estudos com animais de produção (76%), destacou-se também a abordagem comparativa com uso de animais para pesquisa (12%) e companhia (8%). A maioria significativa dos artigos focou tanto na questão do vegetarianismo (76%) quanto do bem-estar animal (67%), sendo que 50% apresentaram uma relação estreita entre ambos, destacando os aspectos físicos e mentais dos animais como forma de quantificar o bem-estar e balizar as tomadas de decisão de consumi-los ou não. As principais razões vinculadas à adoção do hábito alimentar vegetariano foram a saúde (41%) e questões éticas (32%) ($\chi^2_{(5)}=14,41$; $p<0,01$) em comparação com peso, religião, cultura e sabor (27%). Em todos os artigos consultados houve referência de que as mulheres são mais propensas à adesão a esta dieta, que conduz a hábitos de vida mais saudáveis, os quais são desvinculados, porém, do acompanhamento nutricional para evitar distúrbios na saúde. Cerca de metade das fontes analisadas se referiu à diminuição efetiva de peso. No período de 2000 a 2012, foram publicados em média $26,3 \pm 12,5$ ($N=341$; i.v.=0-56) artigos por ano associando os termos vegetarianismo e bem-estar animal; $5,1 \pm 3,2$ ($N=67$; i.v.=0-11) vegetarianismo e ética e $39,3 \pm 8,7$ ($N=511$; i.v.=0-54) e vegetarianismo e direito animal, sendo que apenas a associação com bem-estar animal apresentou um pico expressivo de aumento entre 2007 e 2009.

Análise da percepção

A idade média dos entrevistados do grupo OO ($35 \pm 11,74$) foi significativamente maior do que nos demais grupos ($F_{(196)}=17$; $P<0,0001$) (VA= $25 \pm 4,99$; VO= $29 \pm 10,91$; AO= $24 \pm 3,72$), sendo que apenas neste não houve predomínio de mulheres (54%) (VA= 88%; VO= 70%; AO= 74%).

Hábitos alimentares: não vegetarianos

Tanto no grupo OA quanto no grupo OO foi constatado um elevado consumo de carne ($\chi^2_{(2)}=74,2$; $p<0,001$) sendo que 72% dos entrevistados relataram consumir carne de quatro a sete vezes por semana contra 25% de uma a três vezes e 3%

menos de uma vez por semana. Ambos os grupos apresentaram restrições a determinadas carnes (OA= 64% e OO= 60%), destacando-se as denominadas carnes exóticas ou de caça (OA=52% e OO=47%) sobre outras opções como suínos, bovinos, galináceos e frutos do mar, sendo atrelado a essa atitude simplesmente o fato de não gostar do sabor (AO=68% e OO=62%), em vez da relação com religião, saúde ou ética. A maioria dos não vegetarianos (OA=72% e OO=82%) nunca praticou o vegetarianismo, sendo que as motivações dos que praticaram não diferiram entre os grupos (maus-tratos: 41%, saúde: 26,5%, impacto no ambiente: 14,3%, influências sociais: 10%; religião: 4%, outro: 4%), porém divergiram no motivo que os levou a voltar a consumir carne ($\chi^2_{(4)}=3,2$; $p<0,001$), tendo o grupo OA referido razões de saúde (42%) e o grupo OO o fato de gostar do sabor da carne (57%). As razões para continuar consumindo carne diferiram entre si ($F_{(396)}=42,8$; $P<0,001$), contudo não diferiram entre os grupos, sendo as maiores pontuações atribuídas ao sabor ($6,9 \pm 2,3$), hábito ($5,4 \pm 3$) e dificuldades em encontrar alternativas ($4,2 \pm 2,9$), e não à descrença na efetividade da dieta ($2,7 \pm 2,4$). Foram atribuídos diferentes valores também aos fatores que os fariam repensar suas condutas ($F_{(396)}=14,8$; $P<0,001$), predominando os maus-tratos ($7,2 \pm 2,6$) sobre desmatamento ($5,6 \pm 2,9$), poluição ($5,2 \pm 2,8$) e gasto de água ($4,7 \pm 2,8$). Contudo, o grupo OA se destacou pela maior pontuação para gasto de água ($t_{(98)}=1,4$; $P<0,05$), e o grupo OO para maus-tratos ($t_{(98)}=2,7$; $P<0,05$). A frequência de entrevistados que disseram ter interesse em experimentar o vegetarianismo foi significativa apenas para os OA (64%; $\chi^2_{(1)}=3,9$; $p<0,05$) (OO=48%). A maioria dos entrevistados deste grupo (OA=68% e OO=72%) afirmou que, após a participação nessa pesquisa, irá repensar seus hábitos alimentares.

Hábitos alimentares: vegetarianos

O tempo em que os participantes vegetarianos estavam adotando a dieta não variou entre os grupos VO e VA, sendo que 69% já a praticavam há mais de 2 anos (menos de seis meses=3%; de seis meses a 2 anos=26%), e, no grupo VO, 2% nunca consumiram carne. Embora 62% dos entrevistados se classificaram como vegetariano e 3% afirmaram consumir frutos-do-mar ou carne esporadicamente, a proporção de veganos foi maior no grupo VO (40%) do que em VA (22%). Não houve diferenças entre os grupos quanto aos motivos que levaram à adoção da dieta e às dificuldades para manutenção da mesma, contudo foram atribuídas pontuações significativamente diferentes, sendo que para os motivos ($F_{(594)}=94,6$; $P<0,001$) foi atribuído maior valor a maus-tratos ($8,3 \pm 1,6$), questões ambientais ($6,6 \pm 2,5$), saúde ($5,1 \pm 2,8$) do que a sabor ($3,8 \pm 3,1$) e influência social e religião ($2 \pm 2,4$). Quanto às dificuldades, a falta de opções ($4,7 \pm 2,7$) e críticas ($4,2 \pm 2,8$) pontuaram mais do que a pressão para consumir carne ($2,7 \pm 2,5$) ou a não aceitação pelo grupo social ($2,4 \pm 2$). Ressalta-se que 84% dos entrevistados relataram não encontrar dificuldades em ser vegetarianos. Apenas metade dos vegetaria-

nos consultaram nutricionista (VA= 46% e VO= 52%), porém a maioria não sentiu falta de nenhum nutriente (VA= 86% e VO= 84%) e alegou não ter sofrido alteração de peso (VA= 72% e VO= 62%), pois disse manter uma alimentação variada (VA=90% e VO=92%).

Afinidade com os animais

A convicção de que os animais merecem ter uma vida digna recebeu valoração maior ($8,7 \pm 0,8$) do que a preocupação com o seu bem-estar ($8,3 \pm 1,1$); contudo, as menores atribuições a ambas as inferências foram dadas pelo grupo OO. O valor atribuído para cada uma das cinco liberdades não variou entre os quatro grupos, sendo todas altamente pontuadas: fome e sede ($8,6 \pm 1$), desconforto ($8,4 \pm 1$), dor e maus-tratos ($8,7 \pm 0,8$), comportamento natural ($8,5 \pm 1$) e medo e tristeza ($8,5 \pm 1,2$). Quando questionados com quais animais possuíam afinidade, nos quatro grupos obteve-se maior frequência das respostas atribuídas a "todos os animais" (86%) em comparação com as opções "todos, exceto invertebrados" (15%) e "apenas os domésticos" (4%); contudo, a maior frequência de exclusão dos invertebrados se verificou entre os OO (28%). A maioria significativa dos entrevistados de todos os grupos (85,5%) considera que a vida de um animal vale tanto quanto a sua própria vida. A atribuição de consciência maior ocorreu para "todos os animais" (73,5%) quando em comparação com as opções "todos, exceto os invertebrados" (15,5%), "somente os mamíferos" (2%), "somente os animais domésticos" (1,5%), nenhum (3,5%) e não soube responder (4%); contudo, as maiores frequências das cinco últimas opções aconteceram no grupo OO.

Opções ao consumo da carne

A existência suficiente de substitutos da proteína animal foi apontada por 90% dos vegetarianos contra 60% dos não vegetarianos, sendo que 11% desse grupo não se interessam por essa questão. A proposta de criação da carne artificial é conhecida por 61,5% dos entrevistados. Embora o grupo OO tenha sido o que menos relatou saber sobre a carne artificial (36%), foi, juntamente com o grupo OA, o que mais manifestou interesse em experimentá-la (78% e 88%, respectivamente) quando comparado com os vegetarianos (VA=40% e VO=10%). Ressalva-se que todos os grupos (86,5%) perceberam a falta de opções de alimentos vegetarianos em seus locais de estudo, trabalho e lazer, não sendo esse um interesse de apenas 8% dos não vegetarianos.

O acesso a informações de como é o tratamento dos animais na indústria foi de 88% para os vegetarianos e 57% para os não vegetarianos. A percepção de maus-tratos ($7,9 \pm 1,5$), do impacto ambiental ($7,9 \pm 1,6$) e do desperdício de água ($7,6 \pm 1,9$) maior do que a preocupação com o tempo de vida do animal ($2,6 \pm 2$) e a sua dignidade ($2,2 \pm 1,8$), sendo as três primeiras significativamente maiores entre os vegetarianos e as duas últimas entre os não vegetarianos ($F_{(980)} = 160$; $P < 0,01$).

Discussão

Os dados do presente estudo permitiram caracterizar o perfil de vegetarianos e não vegetarianos originários ou não de profissões que trabalham com animais, sendo os não vegetarianos não ligados à área animal o grupo mais discrepante. O estudo demonstrou que o hábito alimentar dos não vegetarianos é influenciado por fatores culturais, porém tem-se como hipótese que o acesso à informação, principalmente a respeito do avanço no conhecimento científico sobre a consciência animal, somado à consolidação da bioética como área do saber, propiciada pelo curso acadêmico, constitui um fator que contribui para a solidificação de uma consciência crítica quanto ao tratamento direcionado aos animais e potencialmente representa um estímulo a mais para a decisão de se abster do consumo de carne.

Nas publicações acadêmicas analisadas, o vegetarianismo tem sido vinculado principalmente à ética abolicionista, ampliando a contribuição do vegetariano de mero avaliador dos efeitos da dieta na saúde humana para a reflexão a respeito dos motivos e consequências do atual sistema de produção animal, acrescentando a comparação com outras utilizações, como para finalidade científica, cuja normatização vem sendo consolidada há mais tempo (Diniz *et al.*, 2006; Feijó *et al.*, 2008; Lima *et al.*, 2008; Hill, 2011). Provavelmente a visão antropocêntrica e utilitarista torna a sociedade mais tolerante à produção animal para alimentação, mesmo tendo aumentado em cinco vezes o número de animais expostos às condições artificiais e estressantes de confinamento e manejo (Bezerra *et al.*, 2007; Singer e Mason, 2007). No geral, a temática aparece intrinsecamente ligada às questões de bem-estar animal, sendo as considerações morais e éticas mais abrangentes e evidentes na tomada de decisão pela adesão ao vegetarianismo (Stockburger *et al.*, 2009; Haverstock e Forgays, 2012; Ruby, 2012), a qual equivale em importância à adoção de hábitos alimentares mais saudáveis (Fox e Ward, 2008; Greene-Finestone *et al.*, 2008; Robinson-O'Brien *et al.*, 2009). Contudo, independentemente do estímulo motivador, a aderência a um novo estilo de vida é dependente de conhecimento, e o interesse do meio acadêmico em compreender as questões morais envolvidas na abstinência voluntária do consumo de carne, bem como nas suas consequências, contribui para fornecer suporte para a disseminação de informações mais precisas e de forma mais consciente. Embora o ativista Pollan (2007) argumente que as escolhas alimentares tornam o consumidor cúmplice dos sistemas de produção animal, a desinformação gera uma forma de alienação almejada pelo mercado. A indústria da carne usa a desvinculação do animal com o produto final como uma estratégia de mercantilização, tornando o processo invisível e cultuando a indiferença ao conhecimento e a negação da realidade como formas de amenizar o sentimento de culpa, o qual, embora gere conflito moral, não é suficiente para impedir o consumo (Lira, 2013).

Os dados do presente estudo evidenciaram o elevado consumo de carne relacionado a fatores biológicos, culturais e

sociais (Bezerra *et al.*, 2007). A conexão do homem com sua natureza onívora, o valor da carne para a evolução do cérebro (Singer e Mason, 2007), a utilização da alimentação como forma de socialização, o prazer pelo sabor e a motivação promovida pelo marketing levaram a um aumento do consumo (Singer e Mason, 2007; Fox e Ward, 2008). Segundo Singer e Mason (2007), um americano médio consome atualmente cerca de 90 kg de carne por ano, o que representa um aumento de 9 vezes em 40 anos, consequência da diminuição do custo de produção, principalmente do frango. Deve-se considerar que a questão ética ultrapassa a indagação se é idôneo ou não consumir carne, culminando na reflexão sobre o exagero e o desperdício.

Com respeito ao consumo, de um lado tem-se uma propensão a perceber o cidadão do século XX e XXI como vítima de um sistema capitalista cujo mercado, aditivado pelas técnicas persuasivas do marketing, foi consolidado como cenário para modelagem da vida, disputas de poder, identidade, inclusão, exclusão e consumo do produto simbolicamente associado a um comportamento egoísta, hedonista, solitário e líquido, almejando uma felicidade efêmera (Bauman, 2013). A aquisição de alimentos muitas vezes desnecessários, motivada por um apelo da mídia que os vincula a celebridades, movimenta uma cadeia geradora de desperdícios em todas as escalas, excluindo os pobres do estágio final. Contribui, assim, para que em um mundo globalizado e tão farto a fome ainda seja realidade de tantas populações (Singer e Mason, 2007).

Do outro lado, estudos sociológicos (Castañeda, 2010; Taschner, 2010; Maduro-Abreu e Brasil, 2013) têm alertado para a complexidade das sociedades face à exposição a um pluralismo de valores enfatizados pela globalização e aliados a uma autonomia do consumidor que tem à disposição uma infinidade de opções de dietas e estilos de vida (Castañeda, 2010). As colaborações sobre a teoria das práticas do sociólogo inglês Alan Warde apresentam uma importante contribuição para sociologia do consumo, alertando que este tem se configurado como um palco de embates, muitas vezes com motivações mais políticas e éticas do que frutos de manipulações pela publicidade ou pelo capitalismo, como defendem Bauman (2013) e Singer e Mason (2007). Para Castañeda (2010), o surgimento de novos produtos e a recusa de consumo por cidadãos mais exigentes, com destaque aos que se abstêm do consumo de produtos de origem animal ou que advêm de processos que causam sofrimento aos mesmos, traduzem a celeuma da sociedade contemporânea. Este fenômeno, para o autor, está diretamente relacionado com a visão de Warde de que o engajamento individual é o elemento capaz de explicitar a natureza do consumo considerando a diversidade de manifestações culturais e sociais em uma mesma prática, o consumo como elemento de comunicação e a construção interna de juízos de desempenho, caracterizando o consumo como um fenômeno social multidimensional. Segundo as reflexões do autor, neste contexto, o indivíduo não deve ser visto como um soberano ator racional, e tampouco como vulnerável ingênuo e manipulável, uma vez que constitui um ponto de convergência de inúmeros processos geradores do consumo. Maduro-Abreu e

Brasil (2013) pontuaram que a realização dos paradoxais valores de liberdade e igualdade legitima o consumo como símbolo de poder, autoridade e *status* associados ao consumo de produtos pessoais, mesmo sendo a igualdade pretendida fonte intencional de distinção e a independência no exercício de vontades individuais submissa à influência da mídia que transmite as demandas da comunidade e a um jugo social mediado por um mercado constrangedor que disponibiliza a renovação dos estilos de vida, novidades e entusiasmo, nos produtos compartilhados socialmente. Castañeda (2010) ressalta o consumo como prática de comunicação ao exercer papel de elementos agregadores e segregadores sociais, sendo o indivíduo responsável por recriar continuamente o universo em que a escolha pode acontecer dando sentido ao mundo. Esta reflexão não intenciona rotular o consumidor de carne como um ser alienado, egoísta e antiético e vítima da publicidade e dos designios do capital, mas precaver que a escolha crítica do consumidor se dá através da educação para a autonomia e o protagonismo. É justamente neste contexto que se insere a bioética ao conduzir o cidadão a refletir racionalmente a respeito da legitimidade dos valores balizadores de suas escolhas, os quais ultrapassam a disponibilidade de produtos e de informações, pois a bioética demanda que haja uma orientação para a ponderação das consequências de suas escolhas seja para a sociedade, para os animais ou para o ambiente.

As questões éticas relacionadas com os maus-tratos sofridos pelos animais no sistema de produção aparecem como o principal motivo para a adesão à dieta vegetariana, corroborando inúmeras pesquisas (Curtis e Comer, 2006; Fox e Ward 2008; Greene-Finestone *et al.*, 2008; Herzog e Golden, 2009; Robinson-O'Brien *et al.*, 2009; Ruby e Heine, 2011; Haverstock e Forgays, 2012; Ruby, 2012). A relação entre a empatia com os animais e o vegetarianismo é muitas vezes subsidiada por dados que mostram que os jovens e as mulheres (McNair, 2001; Knight *et al.*, 2003; Herzog e Golden, 2009) são mais adeptos a esta dieta, o que também foi detectado no presente estudo. A afinidade com os animais garante a conexão emocional (Herzog e Golden, 2009; Ruby e Heine, 2011), justamente o que subsidia a incorporação histórica do papel social da mulher relacionado com sua conexão com a natureza (Verdu e Garcia, 2011). No cenário atual, destaca-se o movimento ecofeminista, que defende a ética do cuidado e o papel da emotividade, empatia, relações sociais e afetivas em grupos oprimidos, tais como mulheres, homossexuais, pobres, negros e natureza (Nascimento e Silva, 2012). Knight *et al.* (2003) concluíram em seus estudos que os homens, além de consumirem mais carne, são mais favoráveis ao uso de animais para outras finalidades. Contudo, a afinidade com os animais está condicionada aos padrões culturais e principalmente às descobertas científicas contemporâneas (McNair, 2001; Knight *et al.*, 2003; Fischer e Tamioso, 2013); logo, aos animais mais semelhantes aos humanos se atribui maior consideração, sendo utilizados como balizadores da atribuição do *status* moral critérios como capacidade de socialização, pensamento racional e sensibilidade (Lira, 2013). A afinidade com os animais e o vegetarianismo ficam evidentes principalmente no

fato dos entrevistados não vegetarianos e não inseridos na área animal mostrarem, além de menor sensibilidade e atribuição de consciência aos animais, principalmente os invertebrados, também maior desconhecimento e desinteresse no processo de produção. Este resultado pode ser decorrência da falta de informação, mas também de negação (Hopkins e Dacey, 2008). A igual consideração entre as espécies está relacionada às características humanizadas como comunicação, inteligência, emoções e afeto, gerando de fato uma categorização, baseada principalmente na complexidade do sistema nervoso (Lira, 2013). Os movimentos pró-animal visam tornar acessíveis argumentos científicos sobre a capacidade cognitiva e emocional dos animais, objetivando estreitar a empatia (Lira, 2013). Ressalva-se que estudos têm revelado que mesmo entre os veganos existe uma controvérsia utilitarista que denuncia um especismo na filosofia animalista, subsidiando uma ética dos vertebrados (Lira, 2013).

Mesmo em pequenas proporções ficou evidente no presente estudo um grupo de entrevistados que se intitularam vegetarianos, mas relatam consumir frutos do mar ou carne esporadicamente. O vegetarianismo é considerado um conjunto de diferentes dietas (Lira, 2013), e muitos consumidores acreditam que a redução do consumo de carne, o consumo de animais com sistema nervoso mais simples ou capturados diretamente do seu ambiente natural representariam um contexto ético mais favorável (Singer e Mason, 2007). Lira (2013) salienta que cerca de 60% dos animais utilizados como alimentos são aquáticos, o que resulta em torno de 3.000 abates por segundo. Contudo, o aumento deste consumo já está gerando impactos nas reservas naturais por afetar diretamente a estrutura populacional da espécie-alvo, bem como de outras espécies capturadas acessoriamente, porém sem interesse comercial. Destacam-se também todos os efeitos nocivos inerentes ao processo de criação intensiva na promoção de sofrimento e dor dos animais durante o manejo, transporte e abate. Segundo Singer e Mason (2007), deve-se considerar a senciência desses animais ou, pelo menos, conceder-lhes o benefício da dúvida.

Embora questões de saúde sejam importantes na escolha de uma dieta, a maioria dos entrevistados disseram não se preocupar em consultar um nutricionista, alegando serem bem informados e capazes de substituir os nutrientes de origem animal por meio de uma dieta variada, e afirmando não sentirem falta dos mesmos. Porém, os vegetarianos que desistiram da dieta vincularam sua decisão à deficiência nutricional. Esta questão ainda é polêmica; enquanto alguns autores defendem que os vegetarianos são mais saudáveis (Fox e Ward, 2008; Greene-Finestone *et al.*, 2008; Robinson-O'Brien *et al.*, 2009) devido ao consumo de altos níveis de fibras, vitaminas e menores quantidades de gordura (Bas *et al.*, 2005), resultando em pouca alteração de peso (Janelle e Barr, 1995; Gilbody *et al.*, 1999; Klopp *et al.*, 2003), outros indicam que, caso a dieta não seja realizada com cautela, há a possibilidade de alteração de peso, surgimento de distúrbios alimentares e carências nutricionais (Worsley e Skrypiec, 1997; Gilbody *et al.*, 1999; Klopp *et al.*, 2003; Bas *et al.*, 2005; Curtis e Comer, 2006; Greene-Finestone *et al.*, 2008;

Robinson-O'Brien *et al.*, 2009; Johannes *et al.*, 2012). Contudo, o acompanhamento nutricional salvaguarda a decisão pela abstenção da carne mesmo durante a gravidez e durante a infância (Cox, 2008).

A inacessibilidade dos produtos isentos de proteína animal em locais de trabalho, estudo ou lazer, apontada como fator de desistência, reflete o desinteresse do mercado em direcionar esforços na disponibilização de produtos para um público ainda incipiente (IBOPE, 2012; ANDA, 2013; Falvo, 2013). Porém, dentre os fatores limitantes da continuidade da dieta destacou-se o desejo natural pela carne, sendo o motivo fortemente evidenciado pelos não vegetarianos (Worsley e Skrypiec, 1997; Bezerra *et al.*, 2007; Stockburger *et al.*, 2009; Menzies e Sheeshka, 2012). Socialmente denominam-se de vegetarianos morais ou carnívoros inconformados as pessoas que se solidarizam com a causa animal, desejam se tornar vegetarianos, porém se sentem em conflito por gostarem de carne (Worsley e Skrypiec, 1997; Bezerra *et al.*, 2007; Hopkins e Dacey, 2008; Stockburger *et al.*, 2009; Menzies e Sheeshka, 2012), o que leva a crer que para esse grupo a carne artificial pode se constituir uma alternativa. Já Knight *et al.* (2003) não encontraram relação entre um discurso de constrangimento ante gostar de carne, ser contra o sofrimento animal e a atitude de buscar produtos com certificação de criação orgânica. Os vegetarianos que não gostam de carne ou que já lograram a substituição satisfatória não mostram interesse em experimentar a carne artificial, alegando a descrença de que ela seja totalmente livre de produtos de origem animal. Já os entrevistados não vegetarianos foram os que mais demonstraram interesse em experimentá-la, provavelmente pelo fato de consumirem e gostarem do sabor da carne, sendo esta uma opção para resolver o dilema ético de compactuar com os maus-tratos vinculados ao sistema de produção animal.

A ética da alimentação, embora em um primeiro momento possa ser focada na avaliação do bem-estar animal, envolve questões mais complexas, como riscos ambientais, alto consumo de água, destruição de florestas, saúde pública, condições de trabalho, aquecimento global e uso indiscriminado de antibióticos (Singer, 2004; Singer e Mason, 2007). Segundo Singer e Mason (2007), a questão ética não é se os produtores são bons ou maus, mas o fato do sistema reconhecer o sofrimento animal apenas quando interfere na lucratividade. Atualmente empresas como a McDonald's têm-se associado a organizações como a PETA e pesquisadores renomados da área como Temple Grandi para se posicionarem no mercado como companhias com atitudes éticas e, desta forma, atraírem a figura social do carnívoro humanitário, carnívoro consciencioso ou onívoro consciencioso, caracterizado por não acreditar que seja errado consumir carne, por não querer contribuir para a manutenção do sistema atual. Embora a sociedade almeje alimentos baratos, é preciso ter consciência de que, caso o preço esteja muito abaixo do real, algum elemento da cadeia produtiva está sendo prejudicado, seja o animal, o ambiente ou o trabalhador (Singer e Mason, 2007). Uma alternativa contemporânea é o certificado humanitário, o selo que comprova a origem do produto, mas que também de-

manda uma regulamentação séria e que de fato garanta ao consumidor a origem da carne. Singer e Mason (2007) sugeriram o consumo do alimento produzido localmente como uma atitude ética, pois, além de fortalecer a economia local e propriedades familiares, protege o ambiente, diminui a emissão de poluentes, economiza energia, incentiva a agricultura orgânica e a criação mais humanitária.

Cerca de 2% dos entrevistados relataram nunca terem consumido carne, sendo que esse valor se aproxima do divulgado por Singer e Mason (2007) referente à população americana. O surgimento dos veganos, concomitantemente a uma gama de movimentos ambientalistas populares de contestação impulsionados com a emergência do paradigma ecológico nos anos 1970, revela, além do respeito aos animais, preocupação com o ambiente, fluxos globais, rejeição aos agrotóxicos, busca de melhores sabores, incentivo ao consumo ético na alimentação, crítica ao estilo de vida consumista, globalizado, descompromissado e despolitizado, assim como incertezas da ciência e desperdício (Singer e Mason, 2007; Nascimento e Silva, 2012; Abonizio, 2013; Lira, 2013). Esses movimentos foram mais evidentes na Europa, onde desde a década de 1980 inúmeras campanhas visavam estimular o comércio justo e a melhoria do bem-estar dos animais de produção. Esse fato resultou, por exemplo, em uma substituição massiva do consumo de ovos normais por orgânicos, enquanto que nos EUA 98% da população ainda consome ovos normais (Singer e Mason, 2007). Outro dado interessante revelado na presente pesquisa foi a pequena quantidade de veganos que trabalha com animais. Supõe-se que a empatia com os mesmos e o conhecimento dos sistemas de produção e das intervenções acadêmicas possam ser um fator limitador na prática de uma ética abolicionista, o que acaba direcionando-os para outras áreas, como o direito.

A abstinência de carne forma uma base argumentativa no campo intelectual sustentando e problematizando a discussão do direito dos animais, práticas ativistas e adesões individuais (Lira, 2013). Porém Herzog e Golden (2009) e Plous (1991) encontraram uma relação complexa entre a angústia evidenciada pelos ativistas pelo sofrimento animal e a sua atitude em se abster do consumo de carne. Segundo a amostra dos pesquisadores, metade dos ativistas consome carne e 50% dos vegetarianos não são ativistas, havendo uma nítida inconsistência entre o discurso e a prática. Abonizio (2013) pontuou a crítica dos freeganos ao veganismo alegando que a exigência de novos produtos para públicos específicos movimenta a economia e o mercado, que se aproveita da demanda para desvirtuar o foco ideológico do movimento que inicialmente se posicionava contra o capitalismo e o desperdício. Assim, considera-se que o princípio ético utilizado na tomada de decisões deriva do pensamento de Rousseau, que pode ser estendido aos animais. Desta forma, um indivíduo deve satisfazer suas necessidades sem estabelecer conflitos com o outro, sem escravizar e sem expressar a vontade de impor a sua força para sobreviver e ter paz. O ativismo defende a equivalência de direitos entre os humanos e animais não humanos, sendo o não consumo de carne reputado como a única alternativa para

quem deseja romper com a cumplicidade em relação às práticas de violência (Abonizio, 2013), constituindo um posicionamento político posto em ação pela vida prática cotidiana de consumo, acionando a perspectiva de nivelamento ontológico. O vegetarianismo, o veganismo ou o frugivorismo são mais do que uma dieta; representam um movimento alicerçado por princípios éticos comuns a outros movimentos como feminismo, libertação animal e ecofeminismo, que fundamentam correntes éticas ecocêntricas pesando prós e contras dos sujeitos/atores envolvidos, tais como a indústria, o comércio, o cidadão e a natureza. Promovem a disseminação de um conjunto de atitudes coletivas de protesto e repulsa às práticas carnívoras por sua dimensão antropocêntrica, opondo-se às normas institucionais endossadas pela sociedade (Nascimento e Silva, 2012; Abonizio, 2013). Desta forma, visam a que o consumidor de carne tenha informação, reflita sobre os dilemas éticos, processos e mecanismos de coisificação, mercantilização e domínio que convertem os sujeitos de direito em objetos de exploração (Verdu e Garcia, 2011). Segundo Verdu e Garcia (2011), não é possível ética no sentido universal e maduro enquanto houver carências que legitimam a violência a outros seres vivos. Assim, faz-se necessária a construção de uma sociedade mais honesta, responsável, pacífica e menos antropocêntrica e que se utilize de princípios norteadores para que possa balizar suas decisões, gerando um sistema que valorize a tolerância, o respeito e a paz.

Conclusão

A sociedade atual tem evidenciado maior conhecimento e adesão aos princípios éticos abarcados na atitude complexa que é se abster do costume, culturalmente enraizado e amplamente manipulado pelo mercado econômico, do consumo de carne. Segundo Singer (2004), tornar-se vegetariano, na maioria das vezes, não é um gesto simbólico, nem uma tentativa de se isolar da realidade, mas sim um passo prático e eficaz para abolir a matança e o sofrimento de seres vivos que não possuem nenhuma chance de sobrevivência diante do domínio da humanidade. Por outro lado, ir contra mecanismos biológicos modelados por um passado evolutivo distante é muito difícil. É um duelo entre aspectos emocionais e racionais, entre a decisão de continuar colaborando com o sistema e a de compactar com a justiça moral que ultrapassa o bem-estar animal e alcança outras esferas de abusos a sujeitos vulneráveis aos interesses capitalistas. Mudar as condutas éticas demanda energia, reflexão e decisão racional, as quais devem ser balizadas por princípios éticos consolidados e intermediados por um diálogo promovido por uma ferramenta que se propõe a subsidiar questões complexas, globalizadas e que envolve uma pluralidade de atores e seus argumentos.

Neste contexto, cabe a atuação da bioética ambiental promovendo a ponte entre diferentes ciências e premissas, reconhecendo a heterogeneidade da questão e se propondo a ouvir sem julgamento todos os protagonistas envolvidos. Obviamente, não é legítimo que o carnista seja rudimentarmente rotulado

como um cidadão sem consciência crítica, com uma postura que é irracional e se nega a estabelecer uma boa integração com a natureza. Tampouco se quer afirmar que todo vegetariano representa um elo entre as modernas sociedades de consumo e a retomada da harmonia com a natureza. Há uma multiplicidade de processos biopsicossociais que balizam a decisão de como e quanto consumir, os quais muitas vezes podem ser insuficientes face à incapacidade ou impossibilidade de refletir sobre os argumentos do outro. O fato é que os animais representam um dos atores dessa conflituosa relação e se encontram em situação de vulnerabilidade pela incapacidade de impor explicitamente seus desejos e necessidades, o que gera um dilema ético de difícil resolução, tendo em vista justamente o montante de pressupostos, atores e consequências.

A bioética ambiental se posiciona justamente visando à busca de soluções consensuais que mitiguem dilemas éticos de interesse de toda sociedade e em diferentes escalas de atuação, seja na educação formal e não formal, no ensino superior ou básico, objetivando viabilizar que todo cidadão tenha acesso a informações orientadas e adequadas ao nível de compreensão e interesse do grupo social a que se destinam. A bioética dispondo-se, assim, na atuação tanto no desenvolvimento de habilidades e capacitações do estudante no exercício do protagonismo cognitivo quanto na oportunidade para a reavaliação de condutas e valores com relação à natureza que elevem o nível de competências do cidadão para atuar nessa nova sociedade. Mesmo diante de muitos relatos de pessoas que se tornaram vegetarianas a partir do momento que compreenderam as emoções dos animais, é possível que a decisão se constitua em diminuir o consumo, consumir apenas carnes que atestem a responsabilidade do produtor quanto à promoção de bem-estar, ou mesmo substituir parcial ou totalmente as fontes de proteína animal. Os resultados refletem, desta forma, as possibilidades inerentes ao princípio dos 3R's, porém demandando uma mobilização que deve ultrapassar a satisfação de desejos individuais e momentâneos e alcançando uma nova relação com os animais, plantas, natureza e sociedade, por parte desta e de futuras gerações.

Agradecimentos

A todos os respondentes que gentilmente despenderam o seu tempo e permitiram que fossem acessados o seu conhecimento, concepção e experiência a fim de contribuir para a compreensão dos processos envolvidos na relação entre humanos e animais não humanos.

Referências

- ABONIZIO, J. 2013. Consumo alimentar e anticonsumismo: veganos e freeganos. *Ciências Sociais Unisinos*, 49(2):191-196. <http://dx.doi.org/10.4013/csu.2013.49.2.07>
- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE DIREITOS ANIMAIS (ANDA). 2013. Falta de opções são as maiores queixas de vegetarianos que moram fora de grandes centros urbanos. Disponível em: <http://www.anda.jor.br/22/07/2013/falta-de-opcoes-sao-as-maiores-queixas-de-vegetarianos-que-moram-fora-de-grandes-centros-urbanos>. Acesso em: 24/10/2013.
- BAS, M.; KARABUDAK, E.; KIZILTAN, G. 2005. Vegetarianism and eating disorders: Association between eating attitudes and other psychological factors among Turkish adolescents. *Appetite*, 44(3):309-315. <http://dx.doi.org/10.1016/j.appet.2005.02.002>
- BARDIN, L. 1982. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 223 p.
- BAUMAN, Z. 2013. *Danos colaterais: Desigualdades sociais numa era global*. Rio de Janeiro, Zahar, 225 p.
- BEZERRA, B.M.; NOBRE, C.E.B.; ALVES, M.D.; VASCONCELOS, S.D. 2007. Percepção e posicionamento de estudantes quanto à exploração econômica de animais: Um estudo de caso na Universidade Federal de Pernambuco. *Sitientibus Série Ciências Biológicas*, 7(1):223-229.
- BROOM, D.M.; FRASER, A.F. 2010. *Comportamento e bem-estar de animais domésticos*. 4ª ed., Barueri, Editora Manole, 438 p.
- CAPILÉ, K.V.; LIMA, M.C.; FISCHER, M.L. 2014. Bioética ambiental: refletindo o uso de fogos de artifício e suas consequências para fauna. *Bioéthikos*, 8(4):406-412.
- CASTAÑEDA, M. 2010. Teorias das práticas na análise do consumo. *Ciências Sociais Unisinos*, 46(3):248-255. <http://dx.doi.org/10.4013/csu.2010.46.3.04>
- CHUAHY, R. 2009. *Manifesto pelo direito dos animais*. Rio de Janeiro, Record, 256 p.
- COUCEIRO, P.; SLYWITCH, E.; LENZ, F. 2008. Padrão alimentar da dieta vegetariana. *Einstein*, 6(3):365-73.
- COX, S.R. 2008. Staying healthy on a vegetarianism diet during pregnancy. *Journal of Midwifery and Women's Health*, 53(1):91-92. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jmwh.2007.10.009>
- CURTIS, M.J.; COMER, L.K. 2006. Vegetarianism, dietary restraint and feminist identity. *Eating Behaviors*, 7(2):91-104. <http://dx.doi.org/10.1016/j.eatbeh.2005.08.002>
- DINIZ, R.; DUARTE, A.L.A.; OLIVEIRA, C.A.S.; ROMITI, M. 2006. Animais em aulas práticas: Podemos substituí-los com a mesma qualidade de ensino? *Revista Brasileira de Educação Médica*, 30(2):31-41. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-55022006000200005>
- FALVO, J.F. 2013. Araraquara oferece poucas opções vegetarianas. *Agência de Notícias da Uniara*, Araraquara. Disponível em: <http://www.uniara.com.br/ageuniara/artigos.asp?Artigo=2933>. Acesso em: 24/10/2013.
- FEIJÓ, A.G.S.; SANDERS, A.; CENTURIÃO, A.D.; RODRIGUES, G.S.; SCHWANKE, C.H.A. 2008. Análise de indicadores éticos no uso de animais na investigação científica e no ensino em uma amostra universitária da Área da Saúde e das Ciências Biológicas. *Scientia Medica*, 16(1):10-19.
- FISCHER, M.L.; CAIRES, L.B.; COLLEY, E. 2015. Análise das informações veiculadas nas mídias digitais sobre o Caramujo Gigante Africano *Achatina fulica*. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, 15(1):149-172.
- FISCHER, M.L.; OLIVEIRA, G.M.A. 2012. Ética no uso de animais: A experiência do comitê de ética no uso de animais da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. *Estudos de Biologia: Ambiente e Diversidade*, 34(83):247-260. <http://dx.doi.org/10.7213/estud.biol.7337>
- FISCHER, M.L.; RENK, W.; SANTOS, G.R.; BORDINI, A.S.J. 2014. Interfaces entre a Bioética Ambiental e o Ecoturismo. *Bioéthikos*, 8(4):413-421.
- FISCHER, M.L.; TAMIOSO, P.R. 2013. Perception and position of animal used in education and experimentation by students and teachers of different academic fields. *Estudos de Biologia: Ambiente e Diversidade*, 33(84):85-98. <http://dx.doi.org/10.7213/estud.biol.7846>
- FISCHER, M.L.; ZANATTA, A.A.; ADAMI, E.R. 2016. Um olhar da bioética para a zooterapia. *Revista Latinoamericana de Bioética*, 16(1):172-197.

- FRANCIONE, G.L. 2013. *Introdução aos direitos dos animais: seu filho ou cachorro*. Campinas, Unicamp, 311 p.
- FOX, N.; WARD, K.J. 2008. You are what you eat? Vegetarianism, health and identity. *Social Science and Medicine*, 66(12):2585-2595. <http://dx.doi.org/10.1016/j.socscimed.2008.02.011>
- GILBODY, S.M.; KIRK, S.F.L.; HILL, A.J. 1999. Vegetarianism in young women: Another means of weight control? *International Journal of Eating Disorders*, 26(1):87-90. [http://dx.doi.org/10.1002/\(SICI\)1098-108X\(199907\)26:1<87::AID-EAT11>3.0.CO;2-M](http://dx.doi.org/10.1002/(SICI)1098-108X(199907)26:1<87::AID-EAT11>3.0.CO;2-M)
- GREENE-FINESTONE, L.S.; CAMPBELL, M.K.; EVERS, S.E.; GUTMANIS, I.A. 2008. Attitudes and health behaviours of young adolescent omnivores and vegetarians: A school based study. *Appetite*, 51(1):104-110. <http://dx.doi.org/10.1016/j.appet.2007.12.005>
- HAVERSTOCK, K.; FORGAYS, D. 2012. To eat or no to eat: A comparison of current and former animal product limiters. *Appetite*, 58(3):1030-1036. <http://dx.doi.org/10.1016/j.appet.2012.02.048>
- HERZOG, H.A.; GOLDEN, L.L. 2009. Moral emotions and social activism: The case of animal rights. *Journal of Social Issues*, 65(3):485-498. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1540-4560.2009.01610.x>
- HILL, M. 2011. United States v. Fullmer and the animal enterprise terrorism act: "true threats" to advocacy. *Case Western Reserve Law Review*, 61(1):981-1049.
- HOPKINS, P.D.; DACEY, A. 2008. Vegetarian meat: Could technology save animals and satisfy meat eaters? *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, 21(6):579-596. <http://dx.doi.org/10.1007/s10806-008-9110-0>
- IBOPE. 2012. Dia Mundial do Vegetarianismo: 8% da população brasileira afirma ser adepta do estilo. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Dia-Mundial-do-Vegetarianismo-8-da-populacao-brasileira-afirma-ser-adepta-ao-estilo.aspx>. Acesso em: 02/10/2012.
- JANELLE, C.; BARR, S. 1995. Nutrient intakes and eating behavior scores of vegetarian and nonvegetarian women. *Journal of the American Dietetic Association*, 95(2):180-1985. [http://dx.doi.org/10.1016/S0002-8223\(95\)00045-3](http://dx.doi.org/10.1016/S0002-8223(95)00045-3)
- JOHANNES, M.; XIAO, Z.; FRANK, J. 2012. Vegetarian diet and mental disorders: Results from a representative community survey. *International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity*, 9(1):76.
- KLOPP, S.A.; HEISS, C.J.; SMITH, H.S. 2003. Self-reported vegetarianism may be a marker for college women at risk for disordered eating. *Journal of the American Dietetic Association*, 103(6):745-758. <http://dx.doi.org/10.1053/jada.2003.50139>
- KNIGHT, S.; NUNKOOSING, K.; VRIJ, A.; CHERRYMAN, J. 2003. Using grounded theory to examine people's attitudes toward how animals are used. *Society and Animals*, 11(4):307-328. <http://dx.doi.org/10.1163/156853003322796064>
- LEAL, M.L.M.S. 1998. *A história da gastronomia*. Rio de Janeiro, Senac Nacional, 143 p.
- LEE, C.; DOYLE, R.; FISCHER, A. 2010. Measuring cognition and emotion of animals to understand their welfare. In: International Animal Welfare Conference, Armidale, 2010. *Proceedings...* Armidale, p. 1-10.
- LIRA, L.C. 2013. Eles matam porque você come! Simbolismo e moral alimentar entre vegetarianos e veganos. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 12(36):769-788.
- LIMA, K.E.C.; MAYER, M.; CARNEIRO-LEÃO, A.M.; VASCONCELOS, S.D. 2008. Conflito ou convergência? Percepção de professores e licenciados sobre ética no uso de animais no ensino de zoologia. *Investigação em Ensino de Ciências*, 13(3):353-369.
- MADURO-ABREU, A.; BRASIL Jr., A.C.P. 2013. Desvelando a relação entre ideologia, valores do indivíduo e estilo de consumo. *Ciências Sociais Unisinos*, 49(3):222-236. <http://dx.doi.org/10.4013/csu.2013.49.3.02>
- McNAIR, R.M. 2001. McDonald's Empirical look at becoming vegan. *Society and Animals*, 9(1):63-70. <http://dx.doi.org/10.1163/156853001300108991>
- MENZIES, K.; SHEESHKA, J. 2012. The process of exiting vegetarianism: An exploratory study. *Canadian Journal of Dietetic Practice and Research*, 73(4):163-168. <http://dx.doi.org/10.3148/73.4.2012.163>
- NASCIMENTO, J.B.; SILVA, V.G. 2012. Veganismo: em defesa de uma ética na relação entre humanos e animais. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais UFPB*, 21:73-90. Disponível em: <http://paginas.cchla.ufpb.br/caos/n21/8.%20Veganismo.pdf> Acesso em: 10/05/2016.
- PETHERICK, C.J.; EDGE, M. 2010. Measuring the welfare of livestock in extensive production systems: Can we, should we? In: 6th International Animal Welfare Conference, Queensland, 2010. *Proceedings...* Queensland, p. 1-9.
- PFENNING, D.W. 1997. Kinship and cannibalism. *Bioscience*, 47(10):667-675. <http://dx.doi.org/10.2307/1313207>
- PLOUS, S. 1991. An attitude survey of animal rights activists. *Psychological Science*, 2(3):194-196. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9280.1991.tb00131.x>
- POLLAN, M. 2007. *O dilema do onívoro*. Rio de Janeiro, Intrínseca, 479 p.
- REGAN, T. 2005. *Jaulas vazias: encarando o desafio dos direitos dos animais*. Canoas, Lugano, 266 p.
- ROBINSON-O'BRIEN, R.; PERRY, C.L.; WALL, M.M.; STORY, M.; NEUMARK-SZTAINER, D. 2009. Adolescent and young adult vegetarianism: Better dietary intake and weight outcomes but increased risk of disordered eating behaviours. *Journal of the American Dietetic Association*, 109(4):648-655. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jada.2008.12.014>
- RUBY, M.B.; HEINE, S.J. 2011. Meat, moral and masculinity. *Appetite*, 56(2):447-450. <http://dx.doi.org/10.1016/j.appet.2011.01.018>
- RUBY, M.B. 2012. Vegetarianism: A blossoming field of study. *Appetite*, 58(1):141-150. <http://dx.doi.org/10.1016/j.appet.2011.09.019>
- SINGER, P. 2004. *Libertação animal*. Porto Alegre, Legano, 357 p.
- SINGER, P.; MASON, J. 2007. *A ética da alimentação: como nossos hábitos alimentares influenciaram o meio ambiente e o nosso bem-estar*. Rio de Janeiro, Elsevier, 360 p.
- SOCIEDADE VEGETARIANA BRASILEIRA (SVB). 2007. Impactos sobre o meio ambiente do uso de animais para alimentação. Cartilha educativa. Disponível em: http://www.svb.org.br/vegetarianismo/index.php?option=com_docman&Itemid=244. Acesso em: 25/07/2012.
- STOCKBURGER, J.; RENNER, B.; WEIKE, A.I.; HAMM, A.O.; SCHUPP, H.T. 2009. Vegetarianism and food perception: Selective visual attention to meat pictures. *Appetite*, 52(2):513-516. <http://dx.doi.org/10.1016/j.appet.2008.10.001>
- TASCHNER, G. 2010. Cultura do consumo, cidadania e movimentos sociais. *Ciências Sociais Unisinos*, 46(1):47-52. <http://dx.doi.org/10.4013/csu.2010.46.1.06>
- THOMAS, K. 1996. *O homem e o mundo natural*. São Paulo, Companhia das Letras, 428 p.
- VERDU, A.D.; GARCIA, J.T. 2011. La ética animalista y su contribución al desarrollo social. *Papeles de Relaciones Ecosociales y Cambio Global*, 112(1):13-29.
- WORSLEY, A.; SKRZYPIEC, G. 1997. Teenage vegetarianism: Beauty or the beast? *Nutrition Research*, 17(3):391-404. [http://dx.doi.org/10.1016/S0271-5317\(97\)00003-1](http://dx.doi.org/10.1016/S0271-5317(97)00003-1)
- WRANGHAM, R. 2010. *Pegando fogo: Por que cozinhar nos tornou humanos*. Rio de Janeiro, Zahar, 226 p.

Submetido: 07/12/2015

Aceito: 25/02/2016